

CURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS EM 2018.

Maria Adélia da Costa¹
Elizabeth Maria Pinto²
Giuliano Richards Ribeiro³

Resumo

Neste presente estudo apresentamos resultados de uma pesquisa qualitativa, realizada pelo grupo de pesquisa DPRODEPT, como o objetivo de levantar dados das escolas estaduais que ofertam cursos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), na rede pública do Estado de Minas Gerais. Na etapa de pesquisa exploratória e documental, informações foram obtidas no site da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais e em sites das escolas estaduais identificadas como ofertantes de cursos técnicos. Como resultado, obteve-se a caracterização da oferta de curso, considerando as suas abrangências nas regiões do Estado, assim como foi possível identificar outros aspectos tais como eixo tecnológico, título de curso, quantidade de turmas e de alunos, turnos de funcionamento e informações que podem gerar possíveis estudos ou problematiza futuras investigações nas escolas públicas estaduais que ofertam EPTNM. O recorte de análise foi o ano 2018, sendo 1080 turmas de cursos em 46 unidades em todo o estado. Resultados apontam que 69% da oferta ocorrem nas regiões metropolitana, sul, sudeste, zona da mata e triângulo mineiro. Em Belo Horizonte, considerando a divisão em regiões Metropolitanas A, B e C, o total é de 71 turmas. Acredita-se que os dados são relevantes para a continuidade de estudos da EPTNM nas escolas da administração estadual tomando as discussões temáticas da formação docente, mapeamento do perfil docente, evasão entre outras perspectivas da educação.

Palavras-chave: Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Cursos Técnicos; Escolas Estaduais de Minas Gerais; Oferta de EPTNM.

Introdução

A Educação Profissional Técnica de Nível (EPTNM) tem como desafio uma política educacional nacional que está sendo implementada no Estado de Minas Gerais, sendo relevante o acompanhamento dessa implementação. Para identificar as primeiras informações foi

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora no Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação Tecnológica (PPGET/CEFET-MG) e no Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes (PEFPD), Chefe do Departamento de Educação (DEDU) e Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento profissional docente: entre o saber e o fazer na Educação Profissional e Tecnológica (DEPRODEPT). E-mail: adelia.cefetmg@gmail.com

² Pedagoga. Mestranda no Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação Tecnológica (PPGET/CEFET-MG) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e estudos Desenvolvimento profissional docente: entre o saber e o fazer na Educação Profissional e Tecnológica (Dprodept) e Bolsista da Capes – 001. elizapdg@yahoo.com.br. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

³ Bacharel em Sistemas de Informação. Pós-graduação em Desenvolvimento de Sistemas e em Gestão de Projetos – Faculdade Pitágoras. Analista de Sistemas e Professor Universitário na Faculdade Pitágoras. Participante do Grupo de Pesquisa e estudos (Dprodept). giulianor2@gmail.com

realizado uma pesquisa de levantamento de dados no site da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais - SEEMG, visando conhecer a oferta de cursos da EPTNM. Além disso, objetivou-se também, identificar suas demandas, seus desafios, e características de organização, oferta e funcionamento.

O objetivo dessa investigação foi mapear as escolas estaduais que ofertavam cursos da EPTNM em Belo Horizonte, no ano de 2018, período de implementação do Projeto de escolas Polem pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. A finalidade foi ampliar o conhecimento sobre a oferta em duas políticas educacionais distintas: oferta anterior e posterior a Lei nº 13.415/2017. Assim, o universo de escolas públicas estaduais de Belo Horizonte foi organizado em amostragens, obtendo dados e informações sobre a oferta, gráficos estatísticos, agrupandos em características tais: metropolitana, eixos, cursos, turmas, ofertas, turmas, turnos e escolas de tempo integral, concomitante ou subsequente.

O Estado de Minas Gerais e Retratos da Educação Profissional

O Estado de Minas Gerais tem como característica uma grande extensão territorial, número de municípios e de população, além disso destaca-se pelo desenvolvimento econômico e social e isso o faz ocupar as primeiras colocações no ranking de Estados em desenvolvimento no Brasil, segundo o IBGE 2018. Também tem como importante característica a diversidade de atividades econômica, cultural e social que é perceptível em suas regiões. Neste contexto, a educação se faz e tem um peso significativo nacionalmente.

Minas Gerais é o estado brasileiro com maior número de municípios (853), representando 15% do total do país (5570 municípios). O estado é um retrato quase sempre fiel da realidade brasileira, com 10% (20.7 milhões) da população nacional (209.3 milhões), representando a grande diversidade regional, econômica, política e social. Em termos educacionais, nosso estado conta com 16.151 escolas, das quais 3.622 são estaduais, 8.751 municipais e 3.778 privadas, distribuídas em 47 regionais de ensino (SRE), e 4.032.949 de estudantes matriculados, sendo que 86% deles estão na rede pública. Com a maioria das escolas e das matrículas pertencentes à rede pública, garantir uma educação de qualidade com equidade é princípio norteador das políticas públicas de educação nas redes municipais e estadual (MINAS GERAIS, 2018, p. 4).

Observando o trabalho e o rendimento formal, o salário médio mensal dos trabalhadores formais

e de 3,5 salários mínimos, posicionado a cidade n 6º lugar no estado e 67º no país. No que se refere a educação, apresenta matrículas no ensino fundamental de 275.413 matrículas e no Ensino Médio de 94.901 matrículas.

A Educação Profissional Técnica de Nível (EPTNM), tem um histórico na política pública do Estado de Minas Gerais desde 2007, em que há o incentivo e fomento da educação profissional de forma totalmente gratuita, visando criar oportunidades de formação profissional para a população do estado de Minas Gerais. Essa atuação se constituiu, pois

A partir de 2006 iniciou-se um processo de mudanças na política econômica, que passou a priorizar ações concretas de incentivo e investimento no capital produtivo. **O resultado, no campo da educação profissional, foi a valorização da educação profissional pública**, que teve uma de suas expressões **principais na política de expansão e criação das Redes Educação Profissional** (Minas Gerais, 2018, p. 04 **grifos nossos**).

Corroborando com esse cenário a homologação o Decreto Federal nº 6.095/2007, que estabelece as diretrizes e definições da constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), integrando os institutos federais de educação tecnológica e criando, no âmbito nacional a Rede Federal de Educação Profissional. A implementação dos institutos levaria em consideração a organização em bases territoriais definidas, compreendidas na dimensão geográfica de um Estado, do Distrito Federal ou de uma ou mais mesorregiões dentro de um mesmo Estado, caracterizadas por identidades históricas, culturais, sociais e econômicas (BRASIL, 2007).

A oferta de cursos na EPTNM, no estado foi intensificada nos anos de 2007 a 2012 pela Rede Mineira de Formação Profissional (instituída pelo Decreto Estadual 44.632 de 09/10/2007⁴), que por meio de editais de convênios, principalmente, com escolas de educação profissional denominadas de Sistema S⁵, tais como o SENAC e SENAI. Algumas considerações sobre a

⁴ O Decreto 44.632 – 09/10/2007, constitui normas estabelecidas pelo governo para a criação da Rede Mineira de Formação Profissional Técnica de Nível Médio, viabilizando a proposta de credenciamento de instituições prestadoras de serviços educacionais de formação profissional técnica pela Secretaria de Estado de Educação.

⁵ A denominação Sistema S se refere a criação de serviços nacionais de aprendizagens ligados aos setores produtivos, no período dos anos 40 do século 20. Estas instituições recebem o compulsório, originados da folha de salário de empresas, conforme a categoria de atuação, tais como, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte (SENAT); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Social do Transporte (SEST).

escolha dessas instituições foram em relação a capilaridade e atendimento a um número considerável de municípios, possuir infraestrutura, tempo de oferta e atuação nesta modalidade de ensino, viabilizando o atendimento ao maior número de alunos no Estado. Estabelecendo assim, o Programa de Educação Profissionalizante de Minas Gerais (PEP/MG).

A organização para a oferta e atendimento aos alunos considerava os seguintes requisitos de acesso, sendo qualquer interessado, matriculado no 2º ou 3º ano do Ensino Médio da rede estadual; ou já tenha concluído o Ensino Médio e que não estejam cursando do Ensino Superior; e aos estudantes do 1º ou 2º anos do curso de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio na modalidade presencial, somente da rede estadual.

Os participantes conforme os requisitos estabelecidos, anualmente, no processo de exame e seleção, que ocorria também anual e, organizado pelo próprio Governo do Estado, via Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, disponibilizava vagas aos alunos estudantes e egressos mineiros do ensino médio, que desejavam realizar cursos técnicos de nível médio. O custeio da formação incluindo material didático era totalmente do governo do Estado. É importante ressaltar que este programa não previa auxílio financeiro como bolsas, passagem entre outros benefícios indiretos ao estudante.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio oferecidos pela Rede Estadual, permaneceram até o ano de 2012, período de expansão da Educação Profissional (EP) à nível nacional, passando a compor o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). No período de 2007 a 2010, o governo de Minas a Gerais “estabeleceu a meta de atendimento a 110 mil jovens que frequentam o 2º e 3º anos do ensino médio das escolas estaduais”, considerando jovens de 18 a 24 anos que já concluíram o ensino médio qualificando-os profissionalmente (SILVA; DORE, 2011, p. 85).

Proposta de oferta da Educação Profissional no Estado de Minas Gerais

Em julho de 2017, o Governo do Estado de Minas Gerais por meio da Secretaria de Estado de

Educação divulgou o documento Orientador para a Oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio, apresentando orientações e procedimentos para essa modalidade de oferta e os princípios norteadores da Rede Estadual de Educação Profissional – REDE. Esse documento é um complemento das legislações vigentes tais como Resolução CNE/CEB nº 06/2012; Resolução CNE/CEB nº 01/2014; Nota Informativa nº 01/2017/SB/SEM/DIEP.

O Plano Estadual de Educação (PEE), promoveu a criação da Rede Estadual de Educação Profissional por meio de metas a serem cumpridas. Na Meta 1 definiu-se como finalidade fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência. A meta 11 é referente a ampliação da educação profissional técnica de nível médio, triplicando o número de matrículas, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) desse atendimento no segmento público (MINAS GERAIS, 2018).

A definição da REDE, alicerçada no PEE, coloca o Estado de MG, em compromisso de oferta da EP, considerando o contexto de oferta da escola integral. Para Gadotti (2009, p.11) assumir a educação integral é enfrentar o básico da educação, é sair do campo teórico e assumir a organização de “processos e projetos “eco-político-pedagógicos” que nos ajudem a estabelecer prioridades de ação e nos orientam sobre as reais necessidades em termos de recursos e condições gerais de infraestrutura para que ela aconteça”.

Neste sentido, o currículo escolar é quem precisa ser repensado para refletir a proposta de uma educação que considera as dimensões humanas dos sujeitos. Deve-se “superar o currículo fragmentado, organizado em grades e fundamentado no isolamento das disciplinas que, por conseguinte, isola as pessoas e cria guetos de aprendizagem” (GADOTTI, 2009, p.11). Criando uma necessidade de superação de prática de ensino, experimentando uma educação que promova a integralidade daquilo que se tende a dividir em educação informal, formal e não formal. Destituir essa ideia facilita a aprendizagem dos alunos.

A Rede Estadual de Educação, iniciada em 2016, propõe uma integração currículo, mas também no conteúdo ensinado nas escolas de Ensino Médio. Preveem ofertas do ensino técnico nas modalidades concomitantes, subsequentes e integradas, ensino médio. A oferta de Cursos Técnicos pelas Escolas Estaduais de Minas Gerais não possui fim em si mesmo, nem se pauta pelos interesses do mercado, mas constitui-se numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, de seus itinerários formativos que serão e poderão ser ampliados por uma formação ampla e integral (MINAS GERAIS, 2018, p. 4).

Como descrito, a REDE objetiva ampliar a oferta de cursos técnicos, contribuindo para a profissionalização dos jovens com vistas à participação como cidadão no mundo do trabalho e atendendo às demandas das comunidades e dos arranjos produtivos locais. Tendo a intenção de valorização dos sujeitos educacionais respeitando e promovendo o alargamento da função da escola, da docência e dos currículos para dar conta de um projeto de educação integral em “tempo integral que articule o direito ao conhecimento, às ciências e tecnologias com o direito às culturas, aos valores, ao universo simbólico, ao corpo e suas linguagens, expressões, ritmos, vivências, emoções, memórias e identidades diversas” (ARROYO, 2013, p. 44).

A idealização da REDE se constitui na seguinte estrutura de oferta, com projeção de atingir 300 escolas até o final de 2018, progressivamente, em 2016, 112 escolas e 20.000 vagas; 2017, 214 escolas e 40.000 vagas, concluído em 2018 com 300 escolas e 45.000 vagas, totalizando 300 e 105.000 vagas no triênio proposto.

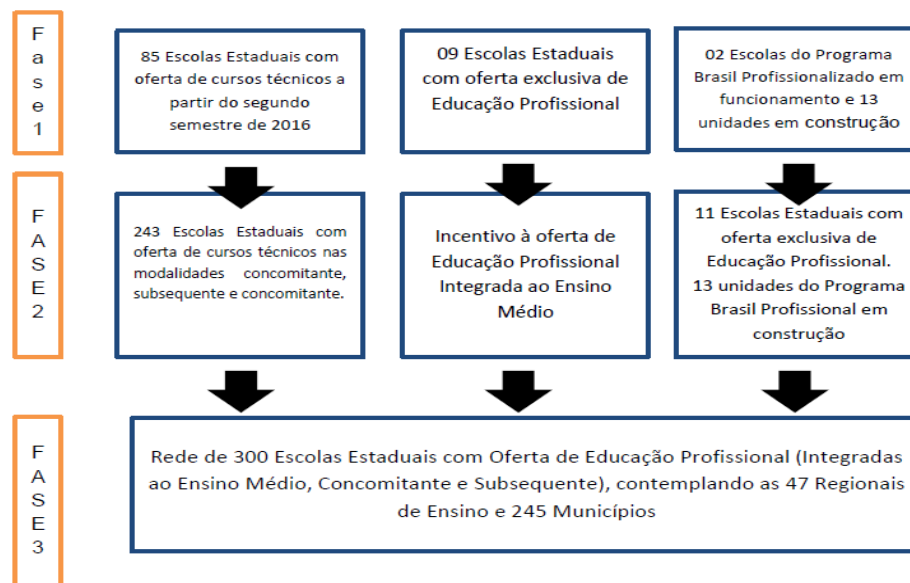


Figura 1 - Etapas para a implementação da REDE

Fonte: Documento Orientador para oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio (2018, p.13).

Neste contexto, no tendo como referência a Figura 1, no de 2017, a Educação Profissional iniciou-se com a disponibilização de 31 cursos técnicos, divididos em 10 eixos tecnológicos, visando a abrangência de oferta.

Percurso Metodológico

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativa, pois “envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Esta metodologia se deu em decorrência dos estudos realizados no grupo de pesquisa, mediados por discursões sobre a realidade da educação pública, em que surgiu questões sobre os cenários e fenômenos das escolas ofertantes de EPTNM da administração pública de Minas Gerais, considerando os estudos do grupo e as experiências dos atores que fazem parte desse encontro de investigação.

A hipótese que norteou o trabalho, surgiu da realidade observada de que, aproximadamente, são

300 escolas estaduais ofertantes de Cursos Técnicos de Nível Médio, mesmo que algumas dessas ofertam apenas um curso. A suposição, nos levou a questionar quais escolas estaduais ofertam cursos da EPTNM e quais características tem sua execução?

Podemos dizer que a informação de senso comum, produzem representações sociais que precisam ser questionadas, pois para Moscovici (1978, p. 52 *apud* CRUSOÉ, 2004, p. 109) “a observação não pode, entretanto, acontecer de maneira assistemática, precisa de controle para evitar que o indivíduo tome seus desejos por realidade”. Assim, relatos são fontes de investigações, principalmente quando surgem no meio acadêmico. Neste sentido, como primeira etapa, a organização da investigação se deu pelo método de estudos exploratórios e documental, pois um estudo exploratório pode servir para levantar possíveis problemas de pesquisa. Documentos de domínio público podem ser considerados fontes primárias para identificar a constituição de uma hipótese, e elucidar ideias e características observáveis de alguma coisa (TRIVIÑOS, 1987).

Buscando identificar a realidade das escolas públicas estaduais que ofertam EPTNM, adotamos um estudo coletivo de levantamento do número de escolas ofertantes de Cursos Técnicos no Estado de Minas Gerais, em 2018, sendo 1080 turmas de cursos em 46 unidades em todo o estado. As escolas foram caracterizadas por região, eixo tecnológico, título de Curso Técnico (CT), quantidade de turmas e de alunos, turnos de funcionamento e informações que podem gerar possíveis estudos ou problematiza futuras investigações nas escolas públicas estaduais que ofertam EPTNM.

Os critérios que delimitaram a definição da amostra para o estudo coletivo foram: escolas que ofereciam ou tinha oferecido cursos da EPTNM; curso em andamento ou iniciados no ano de 2018; escolas que ofertam a EPTNM na forma subsequente, integral ou integrada; analisar por Superintendência Regional de Ensino; dar prioridade à Superintendência Regional de Ensino (SRE) Belo Horizonte, por ser a região como maior oferta; dar prioridade a instituições que tem ou teve maior diversidade de Cursos Técnicos na SRE.

Resultados

Como resultado, obteve-se a caracterização da oferta de curso, considerando as suas abrangências nas regiões do Estado, assim como foi possível identificar outros aspectos tais como eixo tecnológico, título de curso, quantidade de turmas e de alunos, turnos de funcionamento e informações que podem gerar possíveis estudos ou problematizar futuras investigações nas escolas públicas estaduais que ofertam EPTNM.

O total de escolas identificadas são, 812 escolas, distribuídas em 46 superintendências. Dessas, 257 escolas se concentram em Belo Horizonte e região metropolitana. Os resultados apontam que 69% das escolas estão localizadas nas regiões metropolitanas, sul, sudeste, zona da mata e triângulo mineiro, conforme Gráfico 1.

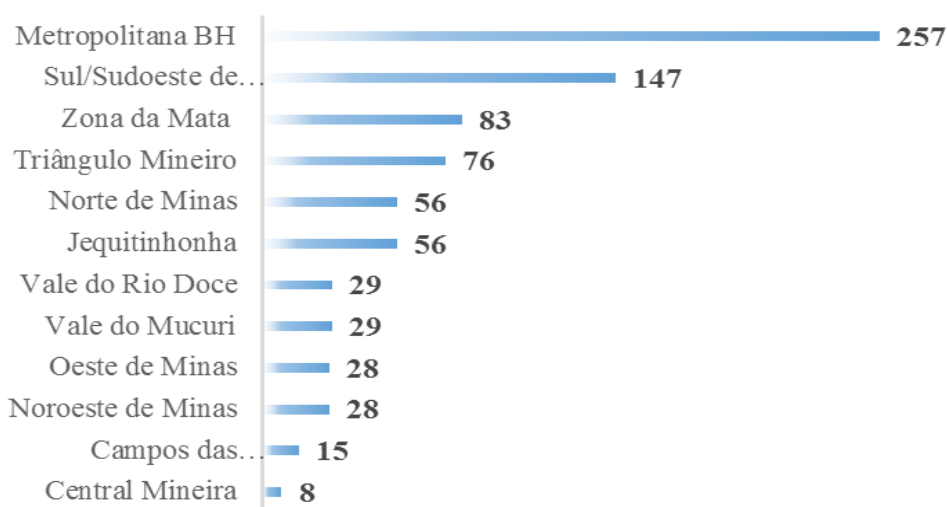


Gráfico 1 – Distribuição de escolas públicas por microregião de Minas Gerais- EPTNM
Fonte: Elaborado pelos autores.

No Estado de MG tinha no 1º semestre de 2018, 1.080 turmas de EPTNM ofertadas em diferentes modalidades e regiões. Desse montante, 164 turmas estavam em oferta em Belo Horizonte e região metropolitana, totalizando, de acordo com o Cadastro Escolar SEEMG/SI/SIE/ Diretoria de Informações Educacionais, 2018, o percentual de 15,18% da oferta de turmas do Estado. A Secretaria Estadual de Educação em Belo Horizonte e região Metropolitana divide as atividades

deste órgão, em 3 Superintendências Regionais de Ensino (SRE), sendo que Belo Horizonte está contido nas 3 SRE a saber:

Tabela 1: Superintendências Regionais de Ensino de Belo Horizonte e região metropolitana

Metropolitana A		Metropolitana B	Metropolitana C
Barão de Cocais Belo Horizonte Belo Vale Bom Jesus do Amparo Bomfim Brumadinho Caeté Catas Altas Crucilândia	Nova União Moeda Nova Lima Piedade dos Gerais Raposos Rio Acima Rio Manso Sabará Santa Bárbara	Belo Horizonte Betim Contagem Esmeraldas Ibirité Igarapé Juatuba Mário Campos Mateus Leme São Joaquim de Bicas Sarzedo	Belo Horizonte Confins Jaboticatubas Lagoa Santa Morro dos Pilares Pedro Leopoldo Ribeirão das Neves Santa Luzia Santana do Riacho São José da Lapa Taquaraçu de Minas Vespasiano

Fonte: Dados da pesquisa no site da Secretaria Estadual de Educação, 1º semestre /2018.

No 1º semestre de 2018, foram ofertados 15 Cursos Técnicos, pertencentes a 6 Eixos Tecnológicos diversificados, conforme Figura 1.

EIXOS TECNOLÓGICOS



Figura 1 – Cursos indetificados em levantamento ofertados nas escolas públicas do Estado de MG

Fonte: Dados da pesquisa no site da Secretaria Estadual de Educação, 1º semestre /2018.

Os Gráficos 2 e 3, permitem observar que a realização de Cursos Técnicos nas escolas estaduais

de Belo Horizonte e região metropolitana totalizam 164 turmas, o que representa 15,18% da oferta, nas metropolitanas A, B e C, conforme dito anteriormente.

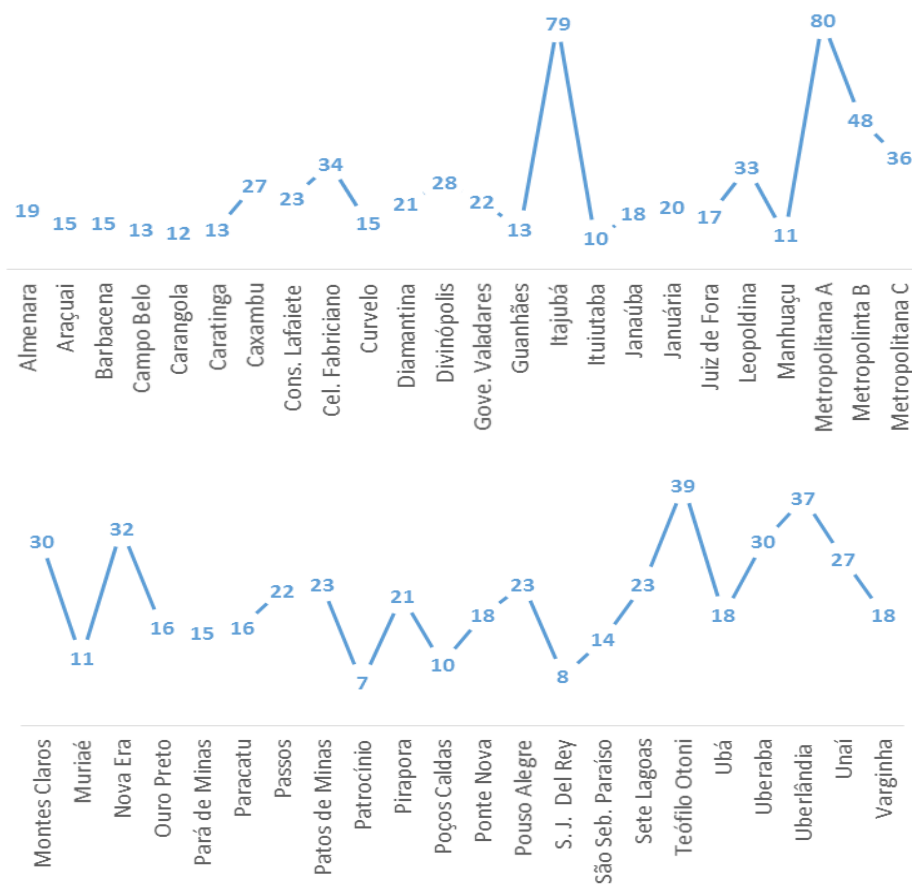


Gráfico 2 e 3: SRE de MG e o número de turmas de EPTNM, 1º Semestre de 2018 .

Fonte: Cadastro de Escolar. SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais. Maio/2018.

Destaca-se que a oferta das Metropolitanas A, B e C, lideram o quantitativo de turmas (164) seguido da SRE de Itajubá com 79 turmas de cursos técnicos. Também, é possível evidenciar as cidades da região do Triângulo Mineiro, com um total de turmas consideráveis em suas cidades: Uberlândia 37 turmas, Uberaba 30 turmas, Patos de Minas 15 turmas, Ituiutaba 10 turmas. Percebe-se que a região Norte e Nordeste de Minas Gerais, tem números poucos expressivos de realização de cursos da EPTNM, o que nos dá indícios, de menor investimentos em regiões de desenvolvimento econômico, industrial, de comércio, bens, serviços em menor atividade. Ainda, podemos intuir que as escolas dessa região precisam de investimentos para atendimento a demanda e oferta de cursos da EPTNM.

Nas metropolitanas A, B e C, considerando apenas a cidade de Belo Horizonte foi identificado um total de 71 turmas de cursos técnicos, o que representa 43,29 % das 164 turmas do município e região metropolitana, A maioria da oferta dos cursos ocorre no noturno (40 turmas), nos eixos tecnológicos Informática e comunicação, Ambiente e saúde e Controle e Processos Industriais. O horário da manhã (16 turmas), mantém a mesma linha de oferta, e por fim, o da tarde (15 turmas) que apresenta variações de eixos mas concentração em Informática e comunicação.

De modo geral, destaca-se a realização de 17 turmas de CT em Informática (incluindo 1 turma de CT em Informática para Internet), em sua maioria noturno, na região metropolitana A, onde se localizam os bairros mais próximos do centro do município. O segundo curso é o CT em Enfermagem com realização de 15 turmas que corrobora com as observações apontadas no curso anterior.

A partir dos dados coletados, em Belo Horizonte, selecionamos 11 escolas, que apresentaram cursos em eixos tecnológicos diferenciados, bem como o número de turmas. Esse indicativo refere-se as 3 regiões metropolitanas de Belo Horizonte. As escolas selecionadas totalizam 71 turmas, o que representa 43,29 % das 164 turmas realizadas no município e região metropolitana, Gráfico 4, 5 e 6.

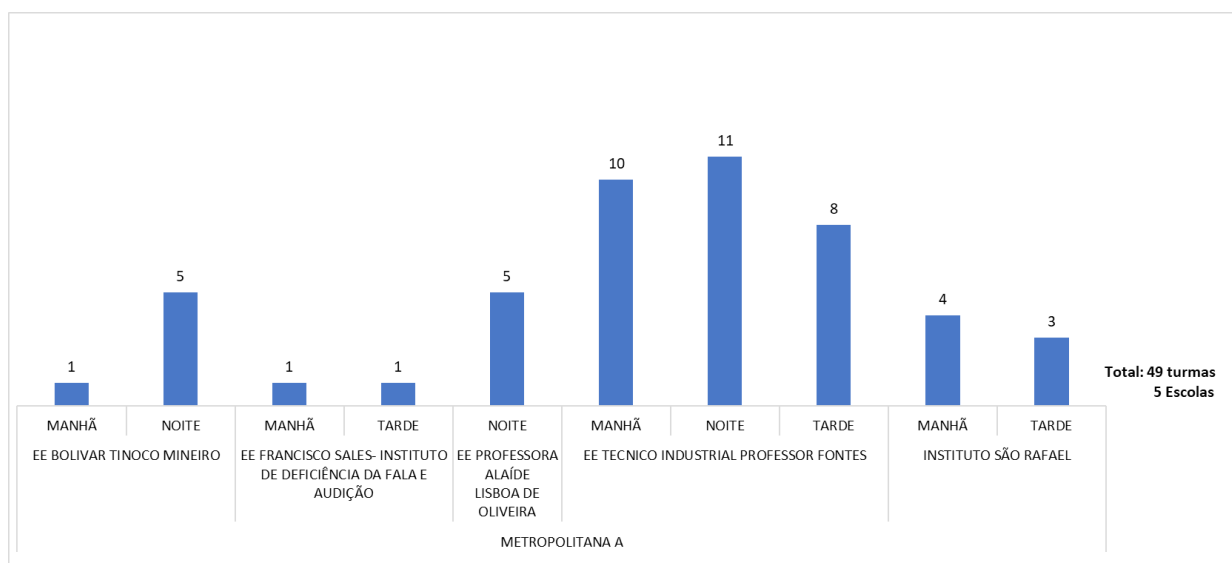


Gráfico 4 - Relação Escolas e turmas em andamento na EPTNM, Metropolitana A,

no município de Belo Horizonte.

Fonte: SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais, 2018/1 semestre.

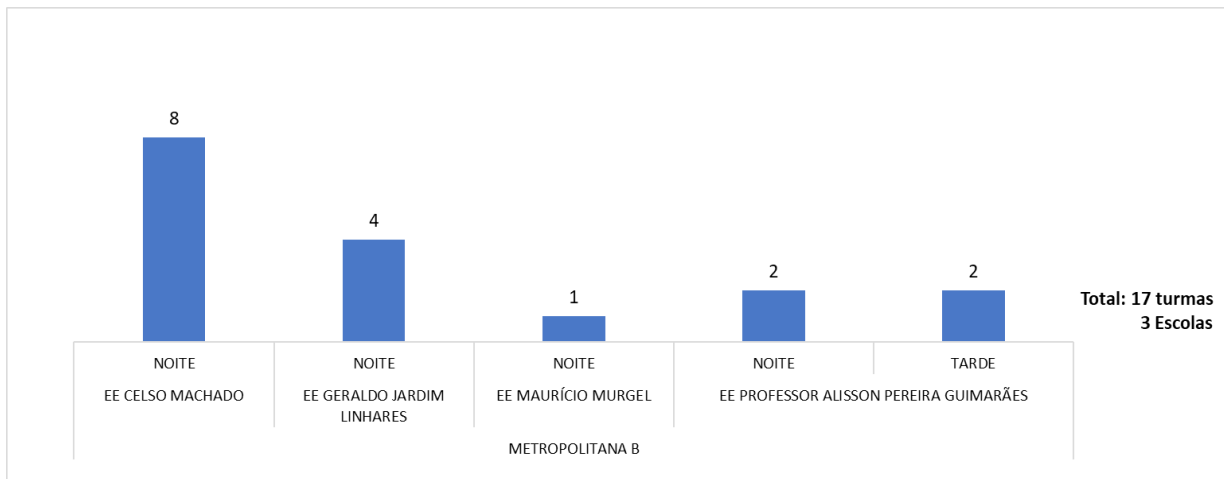


Gráfico 5 - Relação escolas e turmas em andamento na EPTNM, Metropolitana B, no município de Belo Horizonte.

Fonte: SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais, 2018/1º semestre.

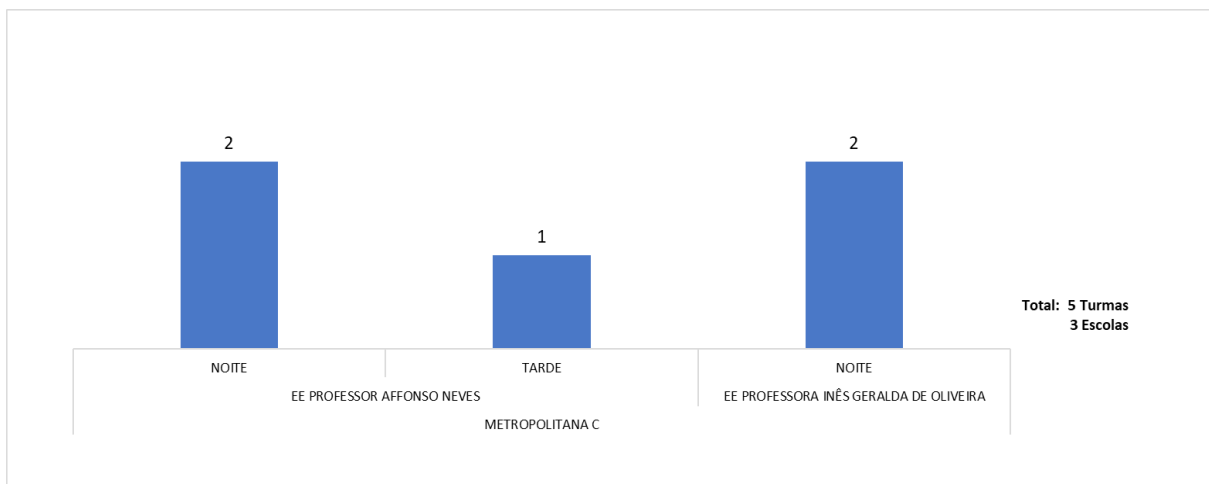


Gráfico 6 - Relação Escolas e turmas em andamento na EPTNM, Metropolitana C, município de Belo Horizonte.

Fonte: SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais, 2018/1 semestre.

A Escola Estadual Técnica Industrial Professor Fontes, localizada na Metropolitana A, oferta 49 turmas de de EPTNM. Dentre as 11 escolas que ofertam a EPTNM no município de Belo Horizonte, essa escola é a única que trabalha somente com a modalidade EP.

Cursos	Turmas	Turnos
Eletromecânica	1	Noite
Eletrônica	2	Noite
Eletrotécnica	6	Manhã, tarde e noite
Informática	5	Manhã, tarde e noite
Informática para Internet	1	Noite
Logística		Manhã e Noite
Mecânica		Manhã, tarde e noite
Segurança do Trabalho		Manhã, tarde e noite
Total: 29 turmas		

Quadro 2 – Oferta de Cursos na Escola Estadual Técnica Industrial Professor Fontes
Fonte: Sítio institucional, 2018.

Essa característica a torna especial posto que, nosso objetivo de pesquisa, que por hora encontra-se na primeira etapa, qual seja, identificar as escolas públicas do Estado de Minas Gerais que ofertam a EPTNM. Posteriormente, a próxima etapa prevê uma investigação acerca de outros olhares ou percepções sobre essa modalidade de ensino, considerando as diversas áreas conhecimentos do campo da educação.

Quanto a oferta de EPTNM na forma integrada, no 1º semestre de 2018, foram indentificadas apenas escolas fora da cidade de Belo Horizonte e região metropolitana. A título de exemplo, a oferta aconteceu na região sul do estado, na cidade de Itajubá, no Centro de Educação Profissional Tancredo Neves, com 4 turmas do CT de Administração, 5 turmas de Eletrônica e 4 de Informática.

Considerações finais

Apresentamos alguns dados que são relevantes para a continuidade de estudos da EPTNM, nas escolas públicas da administração estadual, tomando como discussões temáticas a formação docente, mapeamento do perfil docente, evasão entre outras perspectivas da área da educação.

Questões podem ser pensadas como: Como está a adesão dos alunos a proposta de EPTNM? Quais fenômenos estão contidos na Evasão ou Conclusão?; Como ocorre a efetivação do currículo? Que diferenças, semelhanças e dificuldades estão contidas nas ofertas dos Cursos Técnicos? Como está o processo de implementação do novo Ensino Médio? As orientações de implementação fala de uma acompanhamento de avaliação, ela está ocorrendo? Há um execução e uma organização que acontece fora das determinações, normas e orientações de implemetação?

Como ocorre a prática profissional docente nos cursos ofertados? As escolas são dotadas de infraestrutura mínima (materiais, utensílios, equipamentos e insumos)? Qual a tecnologia

existente e aplicada nesses espaços escolares? Como se dá a política de formação docente? Qual Há várias investigações a serem realizadas diante desse cenário.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In MOLL, *Jaqueline et al. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. P. 33-45. Disponível em: [http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/uploadAddress/O_direito_o_a_tempos-espau00E7os_de_um_justo_e_digno_viver\[1271\].pdf](http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/uploadAddress/O_direito_o_a_tempos-espau00E7os_de_um_justo_e_digno_viver[1271].pdf). Acesso em: 10 de mai. 2019.

BRASIL. [DECRETO nº 6.095, de 24 de abril de 2007](#). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm. Acesso em: 16 de mar. 2019.

BRASIL. [Lei nº 11.741, DE 16 de julho de 2008](#). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm. Acesso em: 16 de mar. 2019.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/lise/legislacaocenp/LEI%20N%C2%BA%209%20394%20DE%201996%20-%20LDB%20-%20LEIS%20ALTERADORAS.pdf>. Acesso em: 16 de mar. 2019.

BRASIL. [Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017](#). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 16 de mar. 2019.

BRASIL. [Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016](#). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 16 de mar. 2019.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. *A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação*. APRENDER - Cad. de Filosofia e Pisc. da Educação. Vitória da Conquista. 2004, ano II, n. 2, p. 105-114.

GADOTTI, Moacir. *Educação Integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009, Educação Cidadã. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3079/FPF_PTPF_12_076.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2019.

GOVERNO DO ESTADO. *Decreto nº 47.227, de 2 de agosto de 2017*. Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/186347>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Secretaria Estadual de Educação. Educação Integral e Integrada*. 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/16999-educacao-integral-integrada>>. Acesso em: 10 de mai. 2019

IBGE. *Brasil em Síntese*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>. Acesso em: 13 de mai. 2019.

MINAS GERAIS. *Currículo Referência de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%AAncia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf>. Acesso em: 13 de mai. 2019.

MINAS GERAIS. *Documento orientador do Projeto Pedagógico para escolas Polo de Educação Múltipla/ POLEM que ofertam Ensino Médio Integral e Integrado*. Disponível em: <http://www.dcs.ufv.br/wp-content/uploads/DOCUMENTO-ORIENTADOR-2018-20-dezembro-2017.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

MINAS GERAIS. *Plano Estadual de Educação – Lei nº 23.197/2018*. Disponível em: http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Lei%2023197_26%20de%20dezembro%20de%202018.pdf. Acesso em: 16 de mar. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015*. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=8&data=13/02/2017>. Acesso em: 15 de mai. 2019

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. *Documento orientador do Projeto Pedagógico para escolas Polo de Educação Múltipla/ POLEM que ofertam Ensino Médio Integral e Integrado*. <http://www.dcs.ufv.br/wp-content/uploads/DOCUMENTO-ORIENTADOR-2018-20-dezembro-2017.pdf>. Acesso em: 10 de mai. 2019

SILVA, Wander Augusto; DORE, Rosemary. *O Programa de Educação Profissional de Minas Gerais e a evasão escolar: um estudo preliminar (2008-2010)*. Revista Educação em Foco. Ano 14, n. 18, dezembro 2011, p. 75-95. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/232>. Acesso em: 13 de maio de 2019